



Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana
Secretaria Municipal de Administração

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº **019/2026**

Processo nº **BJI-030207/000196/2026**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: **29/04/2026**

Hora: **09 h** (horário de Brasília)

Critério de julgamento: **MENOR PREÇO**

Modelo de disputa: **ABERTO**

Preferência ME/EPP/Equiparadas: **SIM**

Ampla concorrência: **Item 34, 37 e 54**

Valor Total da Contratação: R\$ 1.208.459,70 (um milhão duzentos e oito mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos).

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (LIMPEZA, HIGIENE, DESCARTÁVEIS), PARA ATENDIMENTO DO ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ

Sumário

[1. DO OBJETO](#)

[2. DO REGISTRO DE PREÇOS](#)

[3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)

- [4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)
- [5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)
- [6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)
- [7. DA FASE DE JULGAMENTO](#)
- [8. DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)
- [9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA](#)
- [11. DOS RECURSOS](#)
- [12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)
- [13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)
- [14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)
- [15. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA](#)
- [16. ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [18. ANEXO III- MODELO DE PROPOSTA](#)

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ

PREGÃO ELETRÔNICO – RP Nº 019/2026.

(Processo Administrativo SEI BJI-030207/000196/2026)

Torna-se público que o(a) **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ**, por meio do(a) **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ**, situada à Rua Aristides Figueiredo, 109, altos, Centro, Bom Jesus do Itabapoana, Telefone nº 22 999852406, realizará licitação para **registro de preços**, na modalidade PREGÃO nº **019 - 2026**, na forma ELETRÔNICA, modelo de disputa **ABERTO**, critério de julgamento **menor preço por item**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (LIMPEZA, HIGIENE, DESCARTÁVEIS), PARA ATENDIMENTO DO ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ**, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será **dividida em itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no **Compras Governamentais** e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. **Itens de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.** Somente os itens 34, 37 e 54 **participação por ampla concorrência**, conforme modelo da proposta.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.5 e 8.16.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e anual ou total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante; (quando pertinente ao objeto).

5.1.4. Quantidade cotada, devendo ser respeitado o quantitativo de cada lote.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente

o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCE

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do **item**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$0,01 (um centavo)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações .**

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “FECHADO E ABERTO”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.**

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será

prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de

pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2. empresas brasileiras;

6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado (com valor unitário de cada item pertencente ao lote), após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.7.1. Inexiste para o objeto licitado acordos, dissídios ou convenções coletivas;

7.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos,

dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso

de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de **amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8- DA FASE DE HABILITAÇÃO

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a

capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1- DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.1. Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

8.2. DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a Tributos Federais e Dívida Ativa da União.
- d) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual, a Certidão Regularidade de Débito Fiscal (CND) expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda e/ou Finanças do domicílio tributário da licitante. Certidão de Regularidade de Dívida Ativa de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário da empresa. (Ressalvam-se os casos de unificação de certidão por força de legislação Estadual, quando será aceita a certidão unificada).
- e) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- f) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.
- g) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas com efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

8.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

8.4. DAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS

8.4.1. Declarações com preenchimento em campo próprio do sistema, atestando que:

a) Declaramos que estamos sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021. (quando for o caso)

b) Declaramos que atendemos aos requisitos de habilitação, e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

c) Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

d) Declaramos que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega da proposta.

e) Declaramos que a empresa não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme Inciso III do art. 14 da Lei nº 14.133/21.

f) Declaramos não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2.014, cujos termos declara conhecer na íntegra.

g) A empresa declara ainda que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21.

h) A empresa, no uso de suas atribuições legais, vem declarar, para fins de participação de processo licitatório, sob as penas da Lei, de que atende ao Inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/21 no que infere ao vínculo de eventuais servidores públicos desta Municipalidade à empresa.

i) Declaramos que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358/02.

8.5 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico - financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.8.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.9 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.10 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.11 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.12 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.13 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.14 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.14.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.15 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.15.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.16 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.16.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.16.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.17 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.17.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.17.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.18 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.18.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.18.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.19 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.1.

8.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.23 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo **de 03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.1.1 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.1.2 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.1.3 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.1.4 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.1.5 deixar de apresentar amostra;

12.1.1.6 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.2 Descumprir cláusulas contratuais, editalícias ou legais;

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4 retardar ou não entregar objeto licitado sem justificativa;

12.1.4.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa ou exigida para o certame ou prestar declaração inverídica durante a licitação.

12.1.6 praticar fraude no certame ou na execução;

12.1.7 fraudar a licitação ou frustrar o objeto da licitação;

12.1.8 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.8.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.8.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.8.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.9 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.10 praticar atos lesivo previstos no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.1.11 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.1.12 advertência;

12.1.13 multa;

12.1.14 impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Município, por até 3 (três) anos;

12.1.15 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2 - Na aplicação das sanções, a autoridade julgadora considerará, cumulativamente, os seguintes critérios:

I – a natureza e gravidade da infração praticada;

II – a intensidade da vantagem econômica obtida ou pretendida pelo infrator;

III – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

IV – o grau de culpabilidade, considerando dolo, culpa ou negligência;

V – a adequação da sanção ao caso concreto, segundo os princípios da proporcionalidade e razoabilidade;

VI – as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas nos arts. 20 a 24 da Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025;

VII – o cumprimento ou descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) se houver;

VIII – o histórico de condutas do infrator em contratações anteriores com o Município.

12.3 - As multas aplicáveis no âmbito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR) serão fixadas conforme os seguintes parâmetros:

I – multa moratória, devida pelo atraso injustificado na execução contratual, poderá variar entre

0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsto no instrumento convocatório, até o limite de 30 (trinta) dias;

II – multa compensatória, aplicável nos casos de inexecução parcial ou total do objeto contratual ou de descumprimento de cláusulas contratuais, Atas de Registro de Preços, Termo de Referência ou disposições editalícias, poderá ser fixada até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

III – nas hipóteses de infrações de menor gravidade, a multa compensatória poderá ser reduzida para percentuais entre 1% (um por cento) e 5% (cinco por cento) do valor contratual, consideradas as circunstâncias atenuantes e a vantagem auferida pelo infrator.

§ 1º - A aplicação de multa moratória não impede sua conversão, pela Administração Pública, em multa compensatória, desde que observados o contraditório e a ampla defesa, podendo ser cumulada com outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º - Ao atingir o limite máximo de atraso previsto no inciso I, e permanecendo o interesse na manutenção contratual, o gestor deverá justificar formalmente à autoridade superior a conveniência da continuidade da execução.

§ 3º - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

§ 4º - Nos contratos com valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), desde que se trate de infração leve, sem dolo e com reparação integral do dano, a multa compensatória poderá ser reduzida até o limite mínimo de 2% (dois por cento) do valor contratual, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora.

12.4 - As sanções previstas na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, serão aplicadas mediante decisão fundamentada da autoridade competente, observados os critérios de dosimetria definidos nos artigos 18 a 25 e as particularidades do caso concreto.

§ 1º - A aplicação de multa observará os seguintes limites máximos, conforme a gravidade da infração:

I – até 2% (dois por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações leves;

II – até 15% (quinze por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações médias;

III – até 30% (trinta por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações graves.

§ 2º - A inexistência de dano efetivo à Administração não impede a aplicação de sanção, desde que a conduta do infrator revele dolo, culpa grave ou risco relevante ao interesse público.

§ 3º - Em caso de reincidência específica, a sanção será aplicada no grau máximo previsto para a respectiva infração, ressalvada justificativa técnica em sentido contrário.

§ 4º - A decisão administrativa que aplicar a sanção deverá conter exposição clara, coerente e individualizada dos critérios utilizados na dosimetria.

12.5 - Sem prejuízo da aplicação da multa e da análise dos critérios de dosimetria previstos na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, as condutas previstas ensejarão, como regra geral, a aplicação das seguintes sanções:

I – inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Pública, ao serviço público ou ao interesse coletivo: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 6 (seis) meses;

II – inexecução total do contrato: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 18 (dezoito) meses;

III – ausência de entrega da documentação exigida para o certame: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

IV – não manutenção da proposta sem justificativa plausível: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

V – recusa injustificada em celebrar o contrato ou em entregar a documentação para a contratação: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

VI – atraso injustificado na execução ou na entrega do objeto contratado: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

VII – apresentação de declaração ou documentação falsa: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

VIII – fraude na licitação ou na execução do contrato: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

IX – comportamento inidôneo ou prática de fraude de qualquer natureza: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

X – prática de ato ilícito com o objetivo de frustrar a licitação: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

XI – prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - As penalidades previstas neste artigo poderão ter seus prazos majorados ou reduzidos conforme as circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas nos arts. 20 a 24 desta Lei, desde que haja motivação expressa da autoridade julgadora.

§ 2º - Na hipótese de coexistência de infrações, será aplicada a sanção mais grave, nos termos do art. 22 da Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, sem prejuízo da aplicação cumulativa da sanção de multa, quando cabível.

§ 3º - A aplicação das penalidades observará os critérios de proporcionalidade, razoabilidade e reincidência..

12.6- A aplicação das sanções previstas neste edital será realizada conforme o **regulamentado na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025**. Não excluindo, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo seguinte email: contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br**.

13.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes>.

14.11 A plataforma do Compras.gov.br, através do chat ("Mensagens") é o canal oficial de comunicação em tempo real durante a sessão pública.

14.11.1- Sem prejuízo das comunicações realizadas via sistema, os licitantes poderão utilizar em caráter **auxiliar** ou em casos de **indisponibilidade técnica devidamente comprovada**, o endereço de e-mail **contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br** para o envio de dúvidas ou comunicações urgentes ao pregoeiro.

14.11.2- Na hipótese de falha sistêmica que impeça o uso dos campos "Mensagens" ou "Quadro Informativo", as orientações sobre o certame serão encaminhadas aos licitantes por meio do e-mail institucional supracitado, cabendo aos interessados a manutenção de seus dados atualizados no Sistema de Compras do Governo Federal.

14.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos a seguir.

15. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

16. ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17. ANEXO III- MODELO DE PROPOSTA

Bom Jesus do Itabapoana ,01 de abril de 2026

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO, QUANTITATIVOS, PRAZO E PRORROGAÇÃO (LF 14.133/2021, Art. 6º, XXIII, a)

Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana

Secretaria Demandante: Secretaria Municipal de Educação

Sistema: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

Modalidade sugerida: Pregão Eletrônico, na forma do art. 28, I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de bens comuns.

Processo Administrativo (SEI): BJI-030207/000196/2026

Identificação do Requiritante

Unidade/Setor: Almoxarifado – SMEEL

E-mail: semeelalmoxarifado@gmail.com

1. OBJETO, QUANTITATIVOS, PRAZO E PRORROGAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **Registro de Preços** para **futura e eventual aquisição de Material de Consumo (Limpeza, Higiene, Descartáveis)**, para atendimento do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação e das Unidades Municipais de Ensino, conforme condições, especificações, unidades de fornecimento e quantitativos estabelecidos neste TR.

1.2. Itens e quantitativos: constam no **ANEXO I – Planilha de Itens, Descrições, Unidades e Quantitativos**, que integra o presente TR.

1.3. Prazo de entrega: a Contratada deverá realizar a entrega dos itens solicitados em **até 05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento (ou instrumento equivalente).

1.4. Vigência: a Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à divulgação no PNCP, **podendo ser prorrogada por igual período**, desde que comprovada a vantajosidade e mediante anuência do fornecedor, observadas as regras aplicáveis ao SRP (padrão do Edital 005/2025-FME).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação visa assegurar o abastecimento regular de materiais essenciais de limpeza, higiene e descartáveis, indispensáveis ao funcionamento das Unidades Municipais de Ensino e às rotinas operacionais do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação.

2.2. A demanda e os quantitativos foram formalizados no **Documento de Formalização da Demanda (DFD)** e analisados no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, que subsidiam este TR.

2.3. Considerando o caráter contínuo e essencial do objeto para manutenção das atividades educacionais, a solução por **Registro de Preços** permite maior eficiência no atendimento, com solicitações parceladas conforme necessidade, evitando estoque excessivo e reduzindo risco de desabastecimento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução adotada consiste no **Sistema de Registro de Preços** para futura e eventual aquisição dos materiais descritos no ANEXO I, com fornecimento **sob demanda**, mediante emissão de Ordens de Fornecimento pelo órgão requisitante.

3.2. A modalidade sugerida é **Pregão Eletrônico para Registro de Preços**, por se tratar de **bens comuns**, ficando a definição final a cargo do Departamento de Licitações (conforme encaminhamento interno).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Padrão de qualidade e conformidade: os itens deverão atender integralmente às descrições do ANEXO I, bem como às normas técnicas e regulatórias aplicáveis (ex.: quando houver referência a ABNT/ANVISA/NBR na descrição do item).

4.2. Embalagem e identificação: os produtos devem ser entregues com embalagens íntegras e identificação mínima (lote, validade, fabricante, quando aplicável), além de acondicionamento compatível com transporte e armazenamento.

4.3. Marcas de referência e amostras: quando o item trouxer marca de referência, esta será considerada apenas como **parâmetro de qualidade**, admitindo-se equivalentes que atendam plenamente às especificações. Será prevista **exigência de amostras**, na forma do item 4.4.

4.4. Regra de amostras (padrão objetivo):

a) A Administração poderá solicitar **amostra** para quaisquer itens, especialmente aqueles de uso infantil/higiênico e/ou com marca de referência, sempre com finalidade de verificação de conformidade e qualidade.

b) A amostra deverá ser entregue em até **05 (cinco) dias úteis** após convocação formal, no local indicado pela Administração, **sem ônus** para a Contratante.

c) A avaliação observará aderência à especificação do ANEXO I (material, dimensões e/ou capacidade, gramatura quando houver, composição, desempenho/uso).

d) A reprovação da amostra ensejará desclassificação do item, assegurado contraditório e ampla defesa, nos termos do edital.

4.4.1. As amostras serão avaliadas pelo setor requisitante/almoхарifado e pela fiscalização, mediante checklist objetivo e relatório de avaliação.

4.4.2. As amostras deverão ser entregues no Almoхарifado da SME (ou local indicado), em dias úteis e horário a definir.

4.4.3. As amostras reprovadas poderão ser retiradas pelo licitante em até 10 (dez) dias úteis; após esse prazo, poderão ser descartadas.

4.4.4. A solicitação de amostras poderá recair apenas sobre itens selecionados pela Administração, conforme necessidade de verificação de qualidade.

4.5. Logística e descarregamento: a Contratada é responsável por transporte, entrega e descarregamento. Quando necessário ao recebimento em almoхарifado, deverá disponibilizar mão de obra adequada para descarga, conforme prática prevista no padrão do Edital 005/2025-FME.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ENTREGA, LOCAIS, PRAZOS E SUBSTITUIÇÕES)

5.1. Forma de fornecimento: O fornecimento ocorrerá de forma PARCELADA e SOB DEMANDA, conforme necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento (ou instrumento equivalente) pelo setor competente.

5.2. Locais de entrega: As entregas ocorrerão no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação e também nas Unidades Municipais de Ensino, conforme relação e endereços constantes do ANEXO II – UNIDADES MUNICIPAIS DE ENSINO.

5.3. Prazo de entrega: A entrega deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento (ou instrumento equivalente).

5.4. Transporte, descarga e responsabilidade: A Contratada será responsável por todos os custos de transporte, entrega e descarregamento dos materiais, inclusive mão de obra necessária para descarga e acomodação no local indicado pela Administração, sem qualquer ônus adicional.

5.5. Substituição por desconformidade: Constatada qualquer desconformidade (quantidade, qualidade, especificação, embalagem, validade, integridade, marca/referência quando aplicável), a Contratada deverá providenciar a substituição do item recusado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal.

5.6. Regras gerais de aceitação: A Administração poderá recusar itens entregues em desacordo com as especificações do ANEXO I, bem como itens com embalagem violada, avariada, sem identificação mínima ou fora do prazo de validade exigido, quando aplicável.

6. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1. Gestora/Fiscal da contratação: A gestão e fiscalização da execução serão exercidas pela servidora **Ketelli Chamasquini Cordeiro Feres**, sem prejuízo de designação formal por ato próprio e da indicação de substituto, quando necessário.

6.2. Atribuições da fiscalização: Compete à fiscalização, entre outras atribuições:

- a) acompanhar a execução das entregas e o cumprimento de prazos;
- b) verificar a conformidade dos itens entregues com o ANEXO I;
- c) registrar ocorrências e evidências de desconformidade;
- d) notificar formalmente a Contratada para correções/substituições;
- e) atestar o recebimento definitivo, quando cabível;
- f) atestar a Nota Fiscal para fins de pagamento, quando presentes as condições de recebimento.

6.3. Responsabilidade da Contratada: A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do objeto e por eventuais danos decorrentes de sua atuação.

7. RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Recebimento provisório: O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência inicial de quantidade e verificação das condições aparentes do material e da documentação de entrega.

7.2. Recebimento definitivo: O recebimento definitivo ocorrerá após a conferência de conformidade do item com as especificações do ANEXO I, inclusive quanto à qualidade, características técnicas,

integridade e validade, quando aplicável.

7.2.1. O recebimento definitivo ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, salvo necessidade justificada de avaliação complementar, hipótese em que o prazo poderá ser estendido mediante registro formal.

7.3. Recusa e providências: Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, o item será recusado total ou parcialmente, e a Contratada deverá proceder à substituição, conforme item 5.5, sem prejuízo de aplicação de sanções quando caracterizado descumprimento contratual.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Condição para pagamento: O pagamento somente será realizado após:

- a) entrega do material conforme Ordem de Fornecimento;
- b) recebimento definitivo do objeto (ou da parcela entregue);
- c) apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada pela fiscalização.

8.2. Prazo e forma de pagamento: O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal atestada, observadas as rotinas administrativas internas e a regularidade fiscal da Contratada.

8.3. Regularidade fiscal: A Contratada deverá manter regularidade fiscal durante toda a vigência da Ata, podendo a Administração suspender o pagamento enquanto persistir irregularidade, quando cabível.

9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR (MODALIDADE E CRITÉRIO)

9.1. Modalidade sugerida: Sugere-se a adoção de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, por se tratar de bens comuns, ficando a definição final da modalidade e demais parâmetros do certame a cargo do Departamento de Licitações.

9.2. Critério de julgamento: Recomenda-se o julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, considerando a natureza do objeto e a forma de fornecimento por itens.

9.3. Aceitabilidade de preços: As propostas deverão observar critérios de aceitabilidade definidos no edital, utilizando-se o valor estimado como parâmetro de referência, conforme ANEXO I.

9.4. Como parâmetro de aceitabilidade, não serão admitidos preços unitários superiores ao valor unitário estimado do item constante do ANEXO I, salvo regra diversa expressamente prevista no edital.

10. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

10.1. Valor estimado global: O valor estimado global da contratação no ETP é de **R\$ 444.153,30 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e cinquenta e três reais e trinta centavos)**, conforme Planilha de Valor Estimado do ETP. Após pesquisa de preços o valor é de **R\$ 1.208.459,70 (um milhão duzentos e oito mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos)**.

10.2. Composição e fontes: A composição do valor estimado por item consta no ANEXO I, com

indicação das fontes adotadas (atas públicas recentes e, quando aplicável, referências complementares e pesquisa online documentada).

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas pela Contratada, bem como o atraso injustificado no fornecimento, poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, observados o contraditório e a ampla defesa.

11.2. As sanções poderão incluir, conforme gravidade e circunstâncias do caso, entre outras: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade, nos termos do regramento aplicável e do instrumento convocatório.

11.3. Multa e demais condições específicas de sancionamento seguirão o padrão e as regras previstas no instrumento convocatório e na Ata de Registro de Preços, adotando-se como referência o padrão praticado no Edital 005/2025-FME.

11.4. A aplicação de penalidades não afasta a obrigação da Contratada de reparar integralmente eventuais prejuízos causados à Administração, quando cabível.

12. REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

12.1. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços observarão as regras do instrumento convocatório e da legislação aplicável, incluindo hipóteses de reajuste, revisão e reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabível.

12.2. Eventuais pedidos de revisão/reajuste deverão ser formalizados pela Contratada, devidamente instruídos e justificados, para análise da Administração.

13. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E CONDIÇÕES GERAIS DO SRP

13.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente, desde que demonstrada a vantajosidade e observados os requisitos formais aplicáveis.

13.2. Os quantitativos previstos no ANEXO I representam estimativa de consumo e não constituem obrigação de contratação integral, podendo a Administração contratar conforme necessidade e disponibilidade orçamentária.

13.3. A contratação ocorrerá mediante emissão de Ordens de Fornecimento, respeitando-se as condições, prazos e locais estabelecidos neste Termo de Referência.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. A dotação orçamentária e os elementos de despesa para cobertura das despesas decorrentes da presente contratação serão informada pela área financeira:

PROGRAMA DE TRABALHO: 12.361.0130.2632.2632, 12.365.0130.2632.2632,
12.366.0130.2632.0000

FICHA:148,206 e 249

ELEMENTO: 3.3.90.30.00

14.2. A contratação observará as regras internas de execução orçamentária e financeira do Município e os demais controles aplicáveis.

14.3. O PCA do Município foi consultado no endereço informado no ETP; não se identificou previsão específica para o presente objeto, o que não impede o prosseguimento da contratação por se tratar de itens de consumo contínuo e essenciais, recomendando-se o registro da demanda para aprimoramento do planejamento em revisão posterior.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Este Termo de Referência foi elaborado com base no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP) do processo BJI-030207/000196/2026, e deverá orientar a elaboração do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

15.2. Em caso de divergência entre este TR e seus anexos, prevalecerão as especificações técnicas do ANEXO I, observadas as regras do edital.

ANEXO I – PLANILHA DE ITENS, DESCRIÇÕES, UNIDADES, QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADO

CATMAT	ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QTDE.	PREÇO MÉDIO
405780	1	ÁLCOOL ETÍLICO 70% 1L, incolor, pronto para uso, para fins de desinfecção de superfícies fixas, acondicionado em frasco de 1 litro, com tampa rosqueável e com lacre inviolável. O produto deve seguir a norma NBR 5992. Embalagem que contenha dados de identificação, procedência, lote e validade.	FRASCO	4000	11,30
349194	2	AMACIANTE DE ROUPAS 2L, com fragrância floral. Composição: princípio ativo, solvente, conservante, corante, essência, embalagem de 2 litros, com prazo mínimo de validade de 12 anos.	FRASCO	600	11,12
292589	3	BACIA CANELADA 40L, confeccionada em material plástico resistente, capacidade aproximada mínima de 40 litros (deverá possuir identificação da capacidade).	UNID	100	34,55
460659	4	BACIA CANELADA 8L, confeccionada em material plástico resistente, capacidade aproximada mínima de 8 litros (deverá possuir identificação da capacidade).	UNID	100	13,80
473394	5	BALDE MOP 360°, cesto inox esfregão sem pedal capacidade mínima de 16 litros. Itens inclusos: 1 balde spim mop 360 com cesto inox, 1 cabo desmontável e 2 refis esfregão microfibra.	UNID	15	128,00
253221	6	BALDE PLÁSTICO 15L, com alça de arame galvanizado, com reforço no fundo e borda, capacidade mínima de 15 litros (deverá possuir identificação da capacidade).	UNID	350	20,34

325360	7	BICO DE MAMADEIRA, com bico ortodôntico confeccionado em silicone transparente, 240ml, inodoro e de fácil limpeza com furo de ventilação.	UNID	840	9,80
308428	8	BOBINA SACO PLÁSTICO 40x60CM, transparente, picotado, contendo 100 unidades em cada rolo, com dimensões aproximadas de 40x60cm. o produto deve atender às normas da ABNT.	ROLO	50	42,84
602353	9	BORRACHA PANELA DE PRESSÃO 10L, para ser utilizada em panela de pressão de capacidade de 10 litros.	UNID	50	17,96
602353	10	BORRACHA PANELA DE PRESSÃO 7L, para ser utilizada em panela de pressão de capacidade de 07 litros.	UNID	50	9,98
278458	11	CANECA PLÁSTICA ESCOLAR 300ML, ideal para consumo de bebidas quentes e frias, como café, chá, sucos ou água. Feita em material resistente e com design prático e ergonômico. Cores variadas e com capacidade mínima de 300ml.	UNID	800	4,70
292586	12	CERA LÍQUIDA 5L, incolor, não inflamável e possui formulação balanceada com o objetivo de proporcionar ao piso brilho, proteção e durabilidade com grande economia. Indicada para todos os pisos laváveis: cimento, paviflex, synteco, cascolac lajotas, cerâmicas e similares. Prazo mínimo de validade de 12 meses. Embalagem de 5 litros.	FRASCO	400	35,66
229970	13	COLOR ALVEJANTE 5L, hipoclorito de sódio, aspecto: líquido transparente, incolor, indicado para limpeza em geral, com teor de cloro ativo a 12%. Embalagem de 5 litros, com prazo mínimo de validade de 06 meses.	FRASCO	2000	18,17
609866	14	COPO DE TRANSIÇÃO 200ML, com tampa, alças e bico em silicone macio, com capacidade mínima de 200ml. Cores variadas, com sistema anti-respingo e alças compatíveis ao tamanho das mãos da criança.	UNID	500	10,25
417219	15	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 200ML, para água, capacidade mínima de 200ml, acondicionados em caixas com 25 pacotes de 100 unidades cada pacote.	CAIXA	100	137,58
419309	16	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 50ML, para café, capacidade mínima de 50ml, acondicionados em caixas com 50 pacotes de 100 unidades cada pacote.	CAIXA	50	115,97
304242	17	CORDA DE VARAL 10M, uso doméstico em geral, 100% polipropileno de alta densidade, resistente e durável, número 2.	UNID	250	5,44
451961	18	CREME DE CABELO 1KG, condicionador para cabelo, infantil, sem álcool e com o PH balanceado, pote de 1kg. Dermatologicamente testado.	POTE	800	14,86
435440	19	CREME DENTAL 90G, contendo composição básica flúor ativo, cálcio e menta, prazo de validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega. Sem registro negativo da ANVISA.	CAIXA	2000	4,13
420084	20	DESINFETANTE LÍQUIDO 5L, com solução aquosa concentrada que mata germes e bactérias, com aroma, prazo de validade de 12 meses, embalagem de 5 litros sem registro negativo na ANVISA.	FRASCO	1500	21,25

344982	21	DESODORIZADOR DE AMBIENTE, com capacidade mínima de 360ml. Ideal para eliminar os maus cheiros, odores e deixar o ambiente perfumado, fragrâncias variadas.	FRASCO	300	17,85
386806	22	DETERGENTE LÍQUIDO 500ML, para louças, alquilbenzeno, sulfato de sódio biodegradável, aromas variados em embalagem resistente e transparente, frasco com 500ml, prazo de validade mínima de 12 meses a contar a data da entrega, sem registro negativo na ANVISA.	FRASCO	6000	2,72
449572	23	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO, com tampa frontal basculante, em plástico reforçado na cor gelo. Capacidade para um refil bag-in-box de 800 ml. Trava de segurança. Visor frontal. Fixação com buchas expansíveis. Dimensões externas: 125 mm de largura x 280 mm de altura x 120 mm de profundidade.	UNID	50	36,95
483010	24	DISPENSER PARA TOALHAS DE PAPEL, para toalhas de papel para as mãos, interfolha 2 ou 3 dobras. Material: plástico ABS. Sistema de abertura com travas laterais acionadas por pressão.	UNID	50	27,59
438126	25	ESCOVA DENTAL, com cerdas macias, para uso escolar, cabo anatômico, classificação das cerdas média, com cantos arredondados, embalada individualmente e sem registro negativo na ANVISA.	UNID	12300	4,48
446274	26	ESCOVA PARA LAVAR ROUPAS, tipo multiuso, com cerdas resistentes, com encaixe de mão em plástico, para destros e canhotos, dimensões mínimas de 11 cm x 4 m.	UNID	100	3,73
340200	27	ESCOVA PARA LIMPEZA DE MAMADEIRA E BICO, com cerdas em nylon, para ajudar na redução do acúmulo de germes, cabo polietileno, com borda e escova roliça, reutilizável, comprimento 30cm perfeita para limpar a mamadeira dos bebês, kit com 2 peças.	KIT	70	15,36
331870	28	ESCOVA SANITÁRIA, material plástico, cerdas em polipropileno com suporte plástico para acondicionamento da vassoura.	UNID	200	14,26
481018	29	ESPONJA DE AÇO, pacote com 8 unidades, indicada para limpeza de materiais em inox, alumínio, porcelana, bem como painéis, talheres, etc.	PCT	4000	2,72
421283	30	ESPONJA PARA BANHO, dupla face macia, produto dermatologicamente testado, cores variadas.	UNID	700	4,60
454957	31	ESPONJA MULTIUSO, espuma e fibra abrasiva, dupla face, verde e amarela, formato retangular para utensílios domésticos.	UNID	3000	3,33
242188	32	FLANELA OURO, 100% algodão, tamanho mínimo 50cm x 30cm.	UNID	1500	5,26
279329	33	FÓSFORO, em madeira, maço com 10 caixas contendo cada uma 40 palitos.	MAÇO	300	7,93
616008	34 Ampla concorrência	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL G, recomendada para crianças com peso entre 9 e 12,5kg, sem gênero, com gel super absorvente, tripla proteção, barreiras reforçadas contra vazamento, 12h de proteção e hipoalergênica. Embalagem com mínimo 78 unidades. Marca de Referência: Huggies.	PCT	675	94,93

616008	35 Cota reservada	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL G, recomendada para crianças com peso entre 9 e 12,5kg, sem gênero, com gel super absorvente, tripla proteção, barreiras reforçadas contra vazamento, 12h de proteção e hipoalergênica. Embalagem com mínimo 78 unidades. Marca de Referência: Huggies.	PCT	225	94,93
616007	36	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL M, recomendado para bebês de peso entre 5,5 e 9,5kg, sem gênero, com gel super absorvente, tripla proteção, barreiras reforçadas contra vazamento, 12h de proteção e hipoalergênica. Embalagem com mínimo 92 unidades. Marca de Referência: Huggies.	PCT	300	73,98
616009	37 Ampla concorrência	FRALDA DESCARTÁVEL XG, recomendada para crianças com peso entre 12 e 15kg, sem gênero, com gel super absorvente, tripla proteção, barreiras reforçadas contra vazamento, 12h de proteção e hipoalergênica. Embalagem com mínimo 66 unidades. Marca de Referência: Huggies.	PCT	675	120,71
616009	38 Cota reservada	FRALDA DESCARTÁVEL XG, recomendada para crianças com peso entre 12 e 15kg, sem gênero, com gel super absorvente, tripla proteção, barreiras reforçadas contra vazamento, 12h de proteção e hipoalergênica. Embalagem com mínimo 66 unidades. Marca de Referência: Huggies.	PCT	225	120,71
320167	39	GARFO SOBREMESA, medindo 12,5 cm, em Poliestireno e pigmentos de alta pureza, embalagem com 50 unidades.	PCT	50	6,10
392703	40	GUARDANAPO, pacote com 50 unidades, folhas simples, medidas mínimas: 22x22cm	PCT	500	2,89
443238	41	LIXEIRA PLÁSTICA 15L COM PEDAL, em plástico reforçado, medidas aproximadas 28,50 cm x 31,60 cm x 36,00 cm. Sistema de pedal fixo à lixeira.	UNID	300	33,80
610861	42	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA E PEDAL 100L, em plástico resistente, medida aproximada: 70 cm x 59 cm x 51 cm. Sistema de pedal fixo à lixeira.	UNID	100	242,42
443329	43	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA E PEDAL 60L, em plástico resistente, medidas, 70 cm x 30 cm x 33 cm. Sistema de pedal fixo à lixeira.	UNID	200	173,27
622274	44	LUVA LÁTEX DESCARTÁVEL, não estéril, fabricada em látex natural, lubrificada em com pó bio absorvente, disponíveis nos tamanhos P, M e G. Atóxica e apirogênica, descartável e de uso único. Caixa com 100 unidades.	CAIXA	100	34,65
366700	45	LUVA LÁTEX PLUS ANTIDERRAPANTE 9', punhos longos para maior proteção, tamanhos P, M e G, prazo de validade mínima de 06 meses a contar a data de entrega.	PAR	300	14,41
392674	46	MAMADEIRA 240ML, policarbonato com bico em silicone, tubo cristal, ortodôntica, de alta qualidade, antialérgico, inodoro, atóxico flexível, aprovada pelo inmetro.	UNID	350	22,24

461350	47	MÁSCARA DESCARTÁVEL, dupla camada, confeccionado em TNT - tecido não tecido. Confeccionado no estilo retangular, tamanho único, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica pontilhada. Com três pregas no centro da mascara que diminui e aumenta o tamanho, caixa com 50 unidades.	CAIXA	100	18,61
357900	48	PÁ COLETORA DE LIXO EM METAL, com cabo em madeira, comprimento 80CM, revestido de plástico.	UNID	200	12,07
479517	49	PANO DE PIA, medindo 29x29cm material 70% algodão, 20% poliéster e 10% polipropileno, com alto grau de absorção	UNID	700	6,10
283682	50	PANO DE PRATO, material 100% algodão, alvejado com bainha, medida mínima de 70 cm x 40 cm estampado.	UNID	800	4,70
449786	51	PANO PARA LIMPEZA DE CHÃO, com medidas mínimas de 70x58 cm, saco alvejado, reforçado e tecido 100% algodão.	UNID	2000	9,66
221390	52	PAPEL ALUMÍNIO, medindo 7,5 m de comprimento por 30 cm de largura.	ROLO	300	5,79
232826	53	PAPEL FILME, filme PVC, culinário para alimentos, transparente, medindo 29cm x 30m.	ROLO	200	4,82
412112	54 Ampla concorrência	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO FOLHA DUPLA, fardo com 64 rolos de 30M x 10CM cada. Com folhas macias e picotadas.	FARDO	750	106,77
412112	55 Cota reservada	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO FOLHA DUPLA, fardo com 64 rolos de 30M x 10CM cada. Com folhas macias e picotadas	FARDO	250	106,77
465011	56	POMADA CONTRA ASSADURAS 90G, oferece proteção e segurança à pele ate 12h, testada dermatologicamente, fácil de aplicar e remover, possui extrato de camomila mais óleo de amêndoas. Embalagem com no mínimo 90g.	UNID	1000	17,57
364463	57	PRATO DESCARTÁVEL 15CM, para bolo/sobremesa, em poliestireno, embalagem com 10 unidades.	PCT	200	3,60
372768	58	PRATO DESCARTÁVEL 21CM, para refeição, em poliestireno, embalagem com 10 unidades.	PCT	200	4,44
602437	59	PREGADOR DE ROUPAS, material madeira com mola, embalagem com 12 unidades.	EMBAL.	200	5,17
602039	60	REFIL PARA MOP, giratório de microfibra dimensões que sejam adaptáveis ao produto do ITEM 5.	UNID	100	26,08
601242	61	RODO DE PLÁSTICO 40CM, rodo de plástico, cabo rosqueável, medida mínima de 40cm, perfil de borracha com acabamento chanfrado.	UNID	500	16,45
254879	62	SABÃO DE COCO NATURAL, embalagem com 5 unidades com peso aproximado de 200g. Validade 12 meses contados da data de entrega.	EMBAL.	3500	13,58
238156	63	SABÃO EM BARRA GLICERINADO, embalagem com 5 unidades com peso aproximado de 200g, ideal para lavar louças e utensílios. Validade de 12 meses contados da data de entrega.	EMBAL.	4000	13,73

300115	64	SABÃO EM PÓ 1KG, acondicionado em embalagens de 1 kg, para limpeza geral, alvejante, biodegradável, prazo de validade mínima de 12 meses contados da data de entrega.	EMBAL.	3500	21,06
229409	65	SABONETE INFANTIL EM BARRA GLICERINADO 70G, ideal para a pele sensível de bebês e crianças. Com Glicerina, que hidrata delicadamente a pele. Sem adição de corantes. Testado dermatologicamente. Marca de referência: Pom Pom.	UNID	3000	4,05
405155	66	SABONETE LÍQUIDO 5L, cremoso, fragrância de erva doce, validade mínima 12 meses contados da data de entrega.	GALÃO	600	44,93
355268	67	SACO PARA LIXO 20L, cor preto, medidas aproximadas 40x50cm, pacote com 100 unidades.	PCT	300	22,85
470832	68	SACO PARA LIXO 60L, cor preto, medidas aproximadas 60x80cm, pacote com 100 unidades.	PCT	300	40,42
422583	69	SACO PARA LIXO REFORÇADO 100L, cor preto, medidas aproximadas de 85cm x 105cm, pacote com 100 unidades.	PCT	300	99,98
458145	70	SACO PARA LIXO REFORÇADO 200L, cor preto, medidas aproximadas de 90cm x 110cm, pacote com 100 unidades.	PCT	300	133,92
402414	71	SHAMPOO NEUTRO INFANTIL 2L, para todos os tipos de cabelo.	GALÃO	500	25,66
299300	72	TESOURINHA INFANTIL PARA CORTAR UNHA, aço inoxidável, modelo reto 35/8pol, tamanho 9cm, aplicação unhas.	UNID	100	15,55
434965	73	TOALHA UMEDECIDA, armazenado em embalagem com tampa plástica (flip top) e contendo 140 unidades. Toalhas medindo 20x13CM. Fórmula suave com mais de 99% de água. Hipoalergênicas. Não contém álcool etílico e proteína do leite. Marca de referência: IsaBaby.	EMBAL.	2000	13,12
412918	74	TOALHAS DE PAPEL, fibra celulose virgem, tamanho 21x21cm, alto poder de absorção, gramatura mínima 28G/M2, folha dupla, pacote com 1.000 folhas, para secar as mãos.	PCT	1000	24,08
332930	75	TOUCA DESCARTÁVEL, polipropileno cor branca, para cozinha, tamanho único, com elástico, caixa com 100 unidades.	CAIXA	700	16,40
421697	76	VASSOURA GARI PIAÇAVA 40CM, com cabo em madeira, de comprimento mínimo 1,5m, fixado à cepa em madeira de 40cm. Possui cerdas lisas de piaçava com altura mínima de 12cm. Ideal para varredura de ruas e calçadas.	UNID	200	32,36
318938	77	VASSOURA PIAÇAVA DOMÉSTICA, com cabo em madeira, de comprimento mínimo 1,2m, fixado à cepa em madeira revestida com latão. Possui cerdas lisas de piaçava, dispostas em leque, com altura mínima de 14cm e largura mínima de 28cm.	UNID	700	25,72

ANEXO II – UNIDADES MUNICIPAIS DE ENSINO (LOCAIS DE ENTREGA)

Integra o presente Termo de Referência, como ANEXO II, o documento “Unidades Municipais de Ensino.docx”, contendo a relação de unidades e respectivos endereços para fins de entrega, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação.

ZONA URBANA
E. M. Dr. Francisco Baptista de Oliveira
Endereço: Rua José Bastos Borges, nº 800 – Bairro Pimentel Marques, TEL: (22) 3831-4395
E. M. Benemérito Dr. Cid Bastos Borges
Endereço: Rua São José do Calçado, nº239 – Bairro Lia Márcia, TEL: (22) 3831-1715 (APAE)
E. M. Olívio Bastos/Creche Tia Zirinha
Endereço: Rua Assu Teixeira Borges, nº 52 – Bairro Conj. Habitacional Jorge Assis de Oliveira, TEL: (22) 3831-9117
E. M. Profª. Otília Vieira Campos/Creche Tia Zizinha
Endereço: Rua Gonçalves da Silva, nº 939 - Bairro Santa Rosa, TEL: (22) 3831-6724
E. M. Anacleto José Borges
Endereço: Av. Gov. Roberto Silveira, nº 702 – Bairro Lia Márcia, TEL: (22) 3831-0983
C. E. I. Amélia Seródio Garcia
Endereço: Rua Josino Garcia de Figueiredo, nº 1460 – Bairro Santa Terezinha, TEL: (22)3831-2377
E. M. Mariquinha Batista de Oliveira
Endereço: Av. Gov. Roberto Silveira, s/nº - Bairro Lia Márcia, TEL: (22) 3831-5460
Jardim de Infância Municipal Nair Fassbender Ferolla
Endereço: Rua Exp. João Soares Pimentel, nº78 – Bairro Pimentel Marques, TEL: (22) 3831-4569
Creche Tia Ângela
Endereço: Rua Silva Pinto, nº 166 – Bairro Centro, TEL: (22)3831-1745
C. E. I. Criança Feliz
Endereço: Rua Natividade, nº 216 – Bairro Lia Márcia, TEL: (22) 998161593
Creche e Pré-Escola Municipal Tia Belinha
Endereço: Rua Eneas Primo da Silva, s/nº – Bairro Monte Calvário, TEL: (22) 3831-7074
E. M. José Bonifácio
Endereço: Rua Josino Garcia de Figueiredo, nº 1640 – Bairro Santa Terezinha, TEL: (22) 3831-4864
E. Municipalizada Sebastião Pimentel Marques
Endereço: Rua Aristides Figueiredo, 962, TEL: (22) 3831-9010
Secretaria Municipal de Educação (SME)
Endereço: Rua Aristides Figueiredo, nº 109, Centro, TEL: (22) 99985-2406
Creche da Pró infância Tipo C – João de Souza Pires
Endereço: Rua José Luiz de Carvalho, s/nº, Bairro S. Pimentel Marques, Loteamento Isaías. TEL: (22) 3831-6121
CEIM Hidete Couto de Oliveira (Tia Detinha)
Endereço: Rua Gonçalves da Silva, 75, Centro, TEL: Não Possui

ZONA RURAL DE DIFÍCIL ACESSO
1º DISTRITO (USINA SANTA IZABEL)
E. M. Prof. Paulo Sérgio do Canto Cyrillo
Endereço: Nova Bom Jesus - 1º Distrito, TEL: (22) 3835-1560
E. M. Manoel da Penha
Endereço: Rua F, nº40 – Nova Bom Jesus - 1º Distrito, TEL: (22) 3835-1596
E. M. São Sebastião
Endereço: Arraial São Sebastião, Bom Jardim - 1º Distrito (Zona Rural), TEL: Não Possui
E. M. Sesmaria
Endereço: Sesmaria - 1º Distrito (Zona Rural), TEL: Não Possui
2º DISTRITO (CALHEIROS)
E. M. Astrogildo de Paula Torres
Endereço: Arraial Novo – Calheiros, 2º Distrito (Zona Rural), TEL: Não Possui
Escola Municipalizada Coronel Luiz Vieira
Endereço: Praça Humberto Bartholazzi, nº80 – Calheiros, TEL: (22) 3832-0936
Escola Municipal Lagoa
Endereço: Sítio Bonfim – Distrito de Calheiros (Zona Rural), TEL: Não Possui
Escola Moretezon Pessoa de Mello
Endereço: Arraial Novo - Distrito de Calheiros (Zona Rural), TEL: Não Possui
E. M. São Geraldo Magela
Endereço: Fazenda Cachoeirão – Distrito de Calheiros (Zona Rural), TEL: Não Possui
3º DISTRITO (ROSAL)
E. M. Luiz Tito de Almeida
Endereço: Avenida Francisco Diniz, nº595 – Rosal, TEL: (22) 3832-1121
Escola Monte Alegre
Endereço: Água Limpa - Distrito de Rosal (Zona Rural), TEL: Não Possui
E. M. Augusto Degli Esposti
Endereço: Sítio Água Limpa – Distrito de Rosal (Zona Rural) , TEL: Não Possui
4º DISTRITO (CARABUÇU)
E. M. Liberdade
Endereço: Rua Cel. Alfredo Portugal – Carabuçu, TEL: (22) 3835-1223
E. M. Luzia Gomes Freire
Endereço: Mutum de Cima - Distrito de Carabuçu (Zona Rural), TEL: Não Possui
E. M. Nair Henriques Ignácio
Endereço: Mutum de Baixo Distrito: Carabuçu, TEL: Não Possui

5º DISTRITO (PIRAPETINGA)
E. M. Profº. Iracema Seródio Boechat
Endereço: Rua Frederico Lengruber, s/nº - Pirapetinga, TEL: (22) 3832-0585
E. M. João Catarina
Endereço: Praça João Catarina, s/nº - Pirapetinga, TEL: (22) 3832-0585
6º DISTRITO (SERRINHA)
E. M. Edson Ananias
Endereço: Rua São José, s/nº - Serrinha, TEL: (22)3835-0109
E. M. José Epifânio de Oliveira
Endereço: Usina Santa Maria, TEL: Não Possui
7º DISTRITO (BARRA DO PIRAPETINGA)
E. M. Francisco Borges Sobrinho
Endereço: Rua José de Oliveira Valim, s/nº - Barra do Pirapetinga, TEL: (22)3832-0458

Mônica de Fátima Bartolazi Boechat Amil
Gestora do Fundo Municipal de Educação

ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1- A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item (ns)..... do Termo de Referência, anexo **do edital de Licitação**

nº/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.3.Valor da ata: R\$ xxxx

2.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

{Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo

à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.7. Dos limites para as adesões

4.7.1- As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.7.3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.7.4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5 . VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, *podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.8. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário observada à classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

5.8.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.8.2. O registro a que se refere o item 5.7 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.8.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.8.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item ☐ somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*;
- Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.10. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, , será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.11. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.12. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.13. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.8.4, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.14. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.7, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

- Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.15 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições

estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2. Na hipótese de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice IPCA previsto para esta contratação;

6.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156

da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.5. Por razão de interesse público;

9.5.1. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.5.2. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.2.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.2.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.2.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.2.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.2.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.2.2.4 deixar de apresentar amostra;

10.2.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.2.3 Descumprir cláusulas contratuais, editalícias ou legais;

10.2.4 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.2.5 retardar ou não entregar objeto licitado sem justificativa;

10.2.5.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.2.6 apresentar declaração ou documentação falsa ou exigida para o certame ou prestar declaração inverídica durante a licitação.

10.2.7 praticar fraude no certame ou na execução;

10.2.8 fraudar a licitação ou frustrar o objeto da licitação;

10.2.9 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.2.9.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.2.9.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.2.9.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.2.10 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.2.11 praticar atos lesivo previstos no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2.12 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.13 advertência;

10.2.14 multa;

10.2.15 impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Município, por até 3 (três) anos;

10.2.16 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 - Na aplicação das sanções, a autoridade julgadora considerará, cumulativamente, os seguintes critérios:

I – a natureza e gravidade da infração praticada;

II – a intensidade da vantagem econômica obtida ou pretendida pelo infrator;

III – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

IV – o grau de culpabilidade, considerando dolo, culpa ou negligência;

V – a adequação da sanção ao caso concreto, segundo os princípios da proporcionalidade e razoabilidade;

VI – as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas nos arts. 20 a 24 da Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025;

VII – o cumprimento ou descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) se houver;

VIII – o histórico de condutas do infrator em contratações anteriores com o Município.

10.4 - As multas aplicáveis no âmbito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR) serão fixadas conforme os seguintes parâmetros:

I – multa moratória, devida pelo atraso injustificado na execução contratual, poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsto no instrumento convocatório, até o limite de 30 (trinta) dias;

II – multa compensatória, aplicável nos casos de inexecução parcial ou total do objeto contratual ou de descumprimento de cláusulas contratuais, Atas de Registro de Preços, Termo de Referência ou disposições editalícias, poderá ser fixada até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

III – nas hipóteses de infrações de menor gravidade, a multa compensatória poderá ser reduzida para percentuais entre 1% (um por cento) e 5% (cinco por cento) do valor contratual, consideradas as circunstâncias atenuantes e a vantagem auferida pelo infrator.

§ 1º - A aplicação de multa moratória não impede sua conversão, pela Administração Pública, em multa compensatória, desde que observados o contraditório e a ampla defesa, podendo ser cumulada com outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º - Ao atingir o limite máximo de atraso previsto no inciso I, e permanecendo o interesse na manutenção contratual, o gestor deverá justificar formalmente à autoridade superior a conveniência da continuidade da execução.

§ 3º - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

§ 4º - Nos contratos com valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), desde que se trate de infração leve, sem dolo e com reparação integral do dano, a multa compensatória poderá ser reduzida até o limite mínimo de 2% (dois por cento) do valor contratual, mediante decisão fundamentada da autoridade julgadora.

10.5 - As sanções previstas na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, serão aplicadas mediante decisão fundamentada da autoridade competente, observados os critérios de dosimetria definidos nos artigos 18 a 25 e as particularidades do caso concreto.

§ 1º - A aplicação de multa observará os seguintes limites máximos, conforme a gravidade da infração:

I – até 2% (dois por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações leves;

II – até 15% (quinze por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações médias;

III – até 30% (trinta por cento) do valor do contrato, nos casos de infrações graves.

§ 2º - A inexistência de dano efetivo à Administração não impede a aplicação de sanção, desde que a conduta do infrator revele dolo, culpa grave ou risco relevante ao interesse público.

§ 3º - Em caso de reincidência específica, a sanção será aplicada no grau máximo previsto para a respectiva infração, ressalvada justificativa técnica em sentido contrário.

§ 4º - A decisão administrativa que aplicar a sanção deverá conter exposição clara, coerente e individualizada dos critérios utilizados na dosimetria.

10.6 - Sem prejuízo da aplicação da multa e da análise dos critérios de dosimetria previstos na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, as condutas previstas ensejarão, como regra geral, a aplicação das seguintes sanções:

I – inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Pública, ao serviço público ou ao interesse coletivo: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 6 (seis) meses;

II – inexecução total do contrato: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 18 (dezoito) meses;

III – ausência de entrega da documentação exigida para o certame: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

IV – não manutenção da proposta sem justificativa plausível: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

V – recusa injustificada em celebrar o contrato ou em entregar a documentação para a contratação: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

VI – atraso injustificado na execução ou na entrega do objeto contratado: penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município, pelo prazo de 2 (dois) meses;

VII – apresentação de declaração ou documentação falsa: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

VIII – fraude na licitação ou na execução do contrato: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

IX – comportamento inidôneo ou prática de fraude de qualquer natureza: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

X – prática de ato ilícito com o objetivo de frustrar a licitação: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

XI – prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - As penalidades previstas neste artigo poderão ter seus prazos majorados ou reduzidos conforme as circunstâncias agravantes ou atenuantes previstas nos arts. 20 a 24 desta Lei, desde que haja motivação expressa da autoridade julgadora.

§ 2º - Na hipótese de coexistência de infrações, será aplicada a sanção mais grave, nos termos do art. 22 da Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025, sem prejuízo da aplicação cumulativa da sanção de multa, quando cabível.

§ 3º - A aplicação das penalidades observará os critérios de proporcionalidade, razoabilidade e reincidência..

10.7 A aplicação das sanções previstas neste edital será realizada conforme o **regulamentado na Lei Municipal nº 1.995, de 28 de novembro de 2025**. Não excluindo, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.8. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES DE ENTREGA

11.1. O fornecimento será efetuado no prazo, quantidade, local e horário especificado no presente Termo de Referência.

11.2. A fornecedora estará obrigada ao cumprimento dos seguintes prazos:

11.2.1. Prazo para entrega dos produtos: xxxxxxxx

As entregas serão parceladas e de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, através do pedido do setor responsável da Secretaria Municipal de Educação,

Esporte e Lazer.

A formalização e a gestão da contratação ocorrerão por meio de Ata de Registro de Preços (ARP). O início da execução da contratação (execução dos serviços) será solicitado mediante comunicação formal à empresa contratada, com apresentação da ordem de serviço e nota de empenho. A empresa contratada deverá responder atestando ciência do pedido.

12. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

12.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

13 DAS ADEQUAÇÕES ORÇAMENTARIAS

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos e Dotação orçamentária:

Dotação orçamentária:

- Elemento de Despesa: XXXX
- Plano de Trabalho: XXXX
- Fonte: XXXX
- Conta: XXX

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. A Gestão e a Fiscalização da Contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

14.2. Fica instituído a Servidora XXXXXXXX, para fiscalização do contrato/ Ata de Registro de Preço.

15. DO PAGAMENTO 15.1. O pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, em até 30(trinta) dias úteis após o Recebimento Definitivo, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativas SEGES/ME nº 77/2022, condicionado apresentação dos seguintes documentos, em vigor:

- a) Nota fiscal do produto/serviço/fatura discriminativa
- b) Certidão de FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- c) Certidão Conjunta de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e INSS, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- d) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, no que couber.

15.2. A apresentação de Nota Fiscal com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem anterior, implicará na sua devolução à Empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

15.3. A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pela veracidade, conformidade e eventuais correções das informações registradas no referido sistema, assumindo o ônus por quaisquer prejuízos decorrentes de erros ou falhas quanto aos dados e documentos informados, inclusive perante a Receita Federal do Brasil (RFB) e demais órgãos da Administração Pública.

15.3.1 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.3.2 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.4. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

15.5. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que por ventura não tenha sido acordada no contrato.

16. CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edita e Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item Do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

ANEXO IV- MODELO DE PROPOSTA

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL – ANEXO I

AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026 - FME

OBJETO: xxxx

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, Nome de Fantasia: _____ Razão Social: _____ Insc. Est.: _____ Endereço: _____ Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____ E-mail: _____ Telefone: _____ Fax: _____ Responsável pela assinatura do contrato: _____ Telefone: _____ Banco: _____ Conta Bancária: _____ Nome _____ e nº. da Agência: _____, para atendimento do objeto destinado ao Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, em conformidade com o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026-FME**.

Para tanto, oferecemos a esse órgão o valor total de R\$ _____ para o referido Pregão, conforme abaixo.

CATMAT	ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QTDE.	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
405780	1 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	ÁLCOOL ETÍLICO 70% 1L, incolor, pronto para uso, para fins de desinfecção de superfícies fixas, acondicionado em frasco de 1 litro, com tampa rosqueável e com lacre inviolável. O produto deve seguir a norma NBR 5992. Embalagem que contenha dados de identificação, procedência, lote e validade.	FRASCO	4000			

349194	2 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	AMACIANTE DE ROUPAS 2L, com fragrância floral. Composição: princípio ativo, solvente, conservante, corante, essência, embalagem de 2 litros, com prazo mínimo de validade de 12 anos.	FRASCO	600			
292589	3 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	BACIA CANELADA 40L, confeccionada em material plástico resistente, capacidade aproximada mínima de 40 litros (deverá possuir identificação da capacidade).	UNID	100			
460659	4 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	BACIA CANELADA 8L, confeccionada em material plástico resistente, capacidade aproximada mínima de 8 litros (deverá possuir identificação da capacidade).	UNID	100			
473394	5 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	BALDE MOP 360°, cesto inox esfregão sem pedal capacidade mínima de 16 litros. Itens inclusos: 1 balde spim mop 360 com cesto inox, 1 cabo desmontável e 2 refis esfregão microfibra.	UNID	15			
253221	6 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	BALDE PLÁSTICO 15L, com alça de arame galvanizado, com reforço no fundo e borda, capacidade mínima de 15 litros (deverá possuir identificação da capacidade).	UNID	350			
325360	7 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	BICO DE MAMADEIRA, com bico ortodôntico confeccionado em silicone transparente, 240ml, inodoro e de fácil limpeza com furo de ventilação.	UNID	840			
308428	8 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	BOBINA SACO PLÁSTICO 40x60CM, transparente, picotado, contendo 100 unidades em cada rolo, com dimensões aproximadas de 40x60cm. o produto deve atender às normas da ABNT.	ROLO	50			
602353	9 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	BORRACHA PANELA DE PRESSÃO 10L, para ser utilizada em panela de pressão de capacidade de 10 litros.	UNID	50			
602353	10 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	BORRACHA PANELA DE PRESSÃO 7L, para ser utilizada em panela de pressão de capacidade de 07 litros.	UNID	50			

278458	11 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	CANECA PLÁSTICA ESCOLAR 300ML, ideal para consumo de bebidas quentes e frias, como café, chá, sucos ou água. Feita em material resistente e com design prático e ergonômico. Cores variadas e com capacidade mínima de 300ml.	UNID	800			
292586	12 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	CERA LÍQUIDA 5L, incolor, não inflamável e possui formulação balanceada com o objetivo de proporcionar ao piso brilho, proteção e durabilidade com grande economia. Indicada para todos os pisos laváveis: cimento, paviflex, synteco, cascolac lajotas, cerâmicas e similares. Prazo mínimo de validade de 12 meses. Embalagem de 5 litros.	FRASCO	400			
229970	13 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	CLORO ALVEJANTE 5L, hipoclorito de sódio, aspecto: líquido transparente, incolor, indicado para limpeza em geral, com teor de cloro ativo a 12%. Embalagem de 5 litros, com prazo mínimo de validade de 06 meses.	FRASCO	2000			
609866	14 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	COPO DE TRANSIÇÃO 200ML, com tampa, alças e bico em silicone macio, com capacidade mínima de 200ml. Cores variadas, com sistema anti-respingo e alças compatíveis ao tamanho das mãos da criança.	UNID	500			
417219	15 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 200ML, para água, capacidade mínima de 200ml, acondicionados em caixas com 25 pacotes de 100 unidades cada pacote.	CAIXA	100			
419309	16 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL 50ML, para café, capacidade mínima de 50ml, acondicionados em caixas com 50 pacotes de 100 unidades cada pacote.	CAIXA	50			
304242	17 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	CORDA DE VARAL 10M, uso doméstico em geral, 100% polipropileno de alta densidade, resistente e durável, número 2.	UNID	250			

451961	18 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	CREME DE CABELO 1KG, condicionador para cabelo, infantil, sem álcool e com o PH balanceado, pote de 1kg. Dermatologicamente testado.	POTE	800			
435440	19 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	CREME DENTAL 90G, contendo composição básica flúor ativo, cálcio e menta, prazo de validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega. Sem registro negativo da ANVISA.	CAIXA	2000			
420084	20 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	DESIFETANTE LÍQUIDO 5L, com solução aquosa concentrada que mata germes e bactérias, com aroma, prazo de validade de 12 meses, embalagem de 5 litros sem registro negativo na ANVISA.	FRASCO	1500			
344982	21 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	DESODORIZADOR DE AMBIENTE, com capacidade mínima de 360ml. Ideal para eliminar os maus cheiros, odores e deixar o ambiente perfumado, fragrâncias variadas.	FRASCO	300			
386806	22 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	DETERGENTE LÍQUIDO 500ML, para louças, alquilbenzeno, sulfato de sódio biodegradável, aromas variados em embalagem resistente e transparente, frasco com 500ml, prazo de validade mínima de 12 meses a contar a data da entrega, sem registro negativo na ANVISA.	FRASCO	6000			
449572	23 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO, com tampa frontal basculante, em plástico reforçado na cor gelo. Capacidade para um refil bag-in-box de 800 ml. Trava de segurança. Visor frontal. Fixação com buchas expansíveis. Dimensões externas: 125 mm de largura x 280 mm de altura x 120 mm de profundidade.	UNID	50			
483010	24 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	DISPENSER PARA TOALHAS DE PAPEL, para toalhas de papel para as mãos, interfolha 2 ou 3 dobras. Material: plástico ABS. Sistema de abertura com travas laterais acionadas por pressão.	UNID	50			

438126	25 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	ESCOVA DENTAL, com cerdas macias, para uso escolar, cabo anatômico, classificação das cerdas média, com cantos arredondados, embalada individualmente e sem registro negativo na ANVISA.	UNID	12300			
446274	26 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	ESCOVA PARA LAVAR ROUPAS, tipo multiuso, com cerdas resistentes, com encaixe de mão em plástico, para destros e canhotos, dimensões mínimas de 11 cm x 4 m.	UNID	100			
340200	27 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	ESCOVA PARA LIMPEZA DE MAMADEIRA E BICO, com cerdas em nylon, para ajudar na redução do acúmulo de germes, cabo polietileno, com borda e escova roliça, reutilizável, comprimento 30cm perfeita para limpar a mamadeira dos bebês, kit com 2 peças.	KIT	70			
331870	28 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	ESCOVA SANITÁRIA, material plástico, cerdas em polipropileno com suporte plástico para acondicionamento da vassoura.	UNID	200			
481018	29 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	ESPONJA DE AÇO, pacote com 8 unidades, indicada para limpeza de materiais em inox, alumínio, porcelana, bem como painéis, talheres, etc.	PCT	4000			
421283	30 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	ESPONJA PARA BANHO, dupla face macia, produto dermatologicamente testado, cores variadas.	UNID	700			
454957	31 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	ESPONJA MULTIUSO, espuma e fibra abrasiva, dupla face, verde e amarela, formato retangular para utensílios domésticos.	UNID	3000			
242188	32 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	FLANELA OURO, 100% algodão, tamanho mínimo 50cm x 30cm.	UNID	1500			

279329	33 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	FÓSFORO, em madeira, maço com 10 caixas contendo cada uma 40 palitos.	MAÇO	300			
616008	34 Ampla concorrência	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL G, recomendada para crianças com peso entre 9 e 12,5kg, sem gênero, com gel super absorvente, tripla proteção, barreiras reforçadas contra vazamento, 12h de proteção e hipoalergênica. Embalagem com mínimo 78 unidades. Marca de Referência: Huggies.	PCT	675			
616008	35 Cota reservada	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL G, recomendada para crianças com peso entre 9 e 12,5kg, sem gênero, com gel super absorvente, tripla proteção, barreiras reforçadas contra vazamento, 12h de proteção e hipoalergênica. Embalagem com mínimo 78 unidades. Marca de Referência: Huggies.	PCT	225			
616007	36 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL M, recomendado para bebês de peso entre 5,5 e 9,5kg, sem gênero, com gel super absorvente, tripla proteção, barreiras reforçadas contra vazamento, 12h de proteção e hipoalergênica. Embalagem com mínimo 92 unidades. Marca de Referência: Huggies.	PCT	300			
616009	37 Ampla concorrência	FRALDA DESCARTÁVEL XG, recomendada para crianças com peso entre 12 e 15kg, sem gênero, com gel super absorvente, tripla proteção, barreiras reforçadas contra vazamento, 12h de proteção e hipoalergênica. Embalagem com mínimo 66 unidades. Marca de Referência: Huggies.	PCT	675			

616009	38 Cota reservada	FRALDA DESCARTÁVEL XG, recomendada para crianças com peso entre 12 e 15kg, sem gênero, com gel super absorvente, tripla proteção, barreiras reforçadas contra vazamento, 12h de proteção e hipoalergênica. Embalagem com mínimo 66 unidades. Marca de Referência: Huggies.	PCT	225			
320167	39 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	GARFO SOBREMESA, medindo 12,5 cm, em Poliestireno e pigmentos de alta pureza, embalagem com 50 unidades.	PCT	50			
392703	40 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	GUARDANAPO, pacote com 50 unidades, folhas simples, medidas mínimas: 22x22cm	PCT	500			
443238	41 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	LIXEIRA PLÁSTICA 15L COM PEDAL, em plástico reforçado, medidas aproximadas 28,50 cm x 31,60 cm x 36,00 cm. Sistema de pedal fixo à lixeira.	UNID	300			
610861	42 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA E PEDAL 100L, em plástico resistente, medida aproximada: 70 cm x 59 cm x 51 cm. Sistema de pedal fixo à lixeira.	UNID	100			
443329	43 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA E PEDAL 60L, em plástico resistente, medidas, 70 cm x 30 cm x 33 cm. Sistema de pedal fixo à lixeira.	UNID	200			
622274	44 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	LUVA LÁTEX DESCARTÁVEL, não estéril, fabricada em látex natural, lubrificada em com pó bio absorvente, disponíveis nos tamanhos P, M e G. Atóxica e apirogênica, descartável e de uso único. Caixa com 100 unidades.	CAIXA	100			
366700	45 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	LUVA LÁTEX PLUS ANTIDERRAPANTE 9', punhos longos para maior proteção, tamanhos P, M e G, prazo de validade mínima de 06 meses a contar a data de entrega.	PAR	300			

392674	46 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	MAMADEIRA 240ML, poli-carbonato com bico em silicone, tubo cristal, ortodôntica, de alta qualidade, antialérgico, inodoro, atóxico flexível, aprovada pelo inmetro.	UNID	350			
461350	47 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	MÁSCARA DESCARTÁVEL, dupla camada, confeccionado em TNT - tecido não tecido. Confeccionado no estilo retangular, tamanho único, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica pontilhada. Com três pregas no centro da mascara que diminui e aumenta o tamanho, caixa com 50 unidades.	CAIXA	100			
357900	48 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	PÁ COLETORA DE LIXO EM METAL, com cabo em madeira, comprimento 80CM, revestido de plástico.	UNID	200			
479517	49 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	PANO DE PIA, medindo 29x29cm material 70% algodão, 20% poliéster e 10% polipropileno, com alto grau de absorção	UNID	700			
283682	50 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	PANO DE PRATO, material 100% algodão, alvejado com bainha, medida mínima de 70 cm x 40 cm estampado.	UNID	800			
449786	51 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	PANO PARA LIMPEZA DE CHÃO, com medidas mínimas de 70x58 cm, saco alvejado, reforçado e tecido 100% algodão.	UNID	2000			
221390	52 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	PAPEL ALUMÍNIO, medindo 7,5 m de comprimento por 30 cm de largura.	ROLO	300			
232826	53 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	PAPEL FILME, filme PVC, culinário para alimentos, transparente, medindo 29cm x 30m.	ROLO	200			

412112	54 Ampla concorrência	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO FOLHA DUPLA, fardo com 64 rolos de 30M x 10CM cada. Com folhas macias e picotadas.	FARDO	750			
412112	55 Cota reservada	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO FOLHA DUPLA, fardo com 64 rolos de 30M x 10CM cada. Com folhas macias e picotadas	FARDO	250			
465011	56 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	POMADA CONTRA ASSADURAS 90G, oferece proteção e segurança à pele ate 12h, testada dermatologicamente, fácil de aplicar e remover, possui extrato de camomila mais óleo de amêndoas. Embalagem com no mínimo 90g.	UNID	1000			
364463	57 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	PRATO DESCARTÁVEL 15CM, para bolo/sobremesa, em poliestireno, embalagem com 10 unidades.	PCT	200			
372768	58 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	PRATO DESCARTÁVEL 21CM, para refeição, em poliestireno, embalagem com 10 unidades.	PCT	200			
602437	59 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	PREGADOR DE ROUPAS, material madeira com mola, embalagem com 12 unidades.	EMBAL.	200			
602039	60 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	REFIL PARA MOP, giratório de microfibra dimensões que sejam adaptáveis ao produto do ITEM 5.	UNID	100			
601242	61 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	RODO DE PLÁSTICO 40CM, rodo de plástico, cabo rosqueável, medida mínima de 40cm, perfil de borracha com acabamento chanfrado.	UNID	500			
254879	62 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	SABÃO DE COCO NATURAL, embalagem com 5 unidades com peso aproximado de 200g. Validade 12 meses contados da data de entrega.	EMBAL.	3500			

238156	63 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	SABÃO EM BARRA GLICERINADO, embalagem com 5 unidades com peso aproximado de 200g, ideal para lavar louças e utensílios. Validade de 12 meses contados da data de entrega.	EMBAL.	4000			
300115	64 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	SABÃO EM PÓ 1KG, acondicionado em embalagens de 1 kg, para limpeza geral, alvejante, biodegradável, prazo de validade mínima de 12 meses contados da data de entrega.	EMBAL.	3500			
229409	65 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	SABONETE INFANTIL EM BARRA GLICERINADO 70G, ideal para a pele sensível de bebês e crianças. Com Glicerina, que hidrata delicadamente a pele. Sem adição de corantes. Testado dermatologicamente. Marca de referência: Pom Pom.	UNID	3000			
405155	66 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	SABONETE LÍQUIDO 5L, cremoso, fragrância de erva doce, validade mínima 12 meses contados da data de entrega.	GALÃO	600			
355268	67 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	SACO PARA LIXO 20L, cor preto, medidas aproximadas 40x50cm, pacote com 100 unidades.	PCT	300			
470832	68 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	SACO PARA LIXO 60L, cor preto, medidas aproximadas 60x80cm, pacote com 100 unidades.	PCT	300			
422583	69 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	SACO PARA LIXO REFORÇADO 100L, cor preto, medidas aproximadas de 85cm x 105cm, pacote com 100 unidades.	PCT	300			
458145	70 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	SACO PARA LIXO REFORÇADO 200L, cor preto, medidas aproximadas de 90cm x 110cm, pacote com 100 unidades.	PCT	300			
402414	71 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	SHAMPOO NEUTRO INFANTIL 2L, para todos os tipos de cabelo.	GALÃO	500			

299300	72 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	TESOURINHA INFANTIL PARA CORTAR UNHA, aço inoxidável, modelo reto 35/8pol, tamanho 9cm, aplicação unhas.	UNID	100			
434965	73 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	TOALHA UMEDECIDA, armazenado em embalagem com tampa plástica (flip top) e contendo 140 unidades. Toalhas medindo 20x13CM. Fórmula suave com mais de 99% de água. Hipoalergênicas. Não contém álcool etílico e proteína do leite. Marca de referência: IsaBaby.	EMBAL.	2000			
412918	74 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	TOALHAS DE PAPEL, fibra celulose virgem, tamanho 21x21cm, alto poder de absorção, gramatura mínima 28G/M2, folha dupla, pacote com 1.000 folhas, para secar as mãos.	PCT	1000			
332930	75 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	TOUCA DESCARTÁVEL, polipropileno cor branca, para cozinha, tamanho único, com elástico, caixa com 100 unidades.	CAIXA	700			
421697	76 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	VASSOURA GARI PIAÇAVA 40CM, com cabo em madeira, de comprimento mínimo 1,5m, fixado à cepa em madeira de 40cm. Possui cerdas lisas de piaçava com altura mínima de 12cm. Ideal para varredura de ruas e calçadas.	UNID	200			
318938	77 EXCLUSIVO PRA ME E EPP	VASSOURA PIAÇAVA DOMÉSTICA, com cabo em madeira, de comprimento mínimo 1,2m, fixado à cepa em madeira revestida com latão. Possui cerdas lisas de piaçava, dispostas em leque, com altura mínima de 14cm e largura mínima de 28cm.	UNID	700			

A Empresa proponente declara:

- 1) Conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.
- 2) Ter cotado preço unitário e total da proposta, de acordo com as especificações constantes no Termo de referencia, ANEXO 01, do Edital.
- 3) A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do Pregão.
- 4) Declaramos que assumimos perante o Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ o compromisso de executar o objeto no prazo e condições especificadas no Termo de Referência, **Anexo I**.

5) Informamos, por oportuno, que estão inclusos nos preços todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionadas à execução do **objeto**, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros e encargos sociais.

De acordo com a legislação em vigor, eu, _____, CPF/MF nº _____, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta ficha de cadastro.

_____, ____ de _____ de ____.

Assinatura e carimbo

(representante legal)

Referência: Processo nº BJI-030207/000196/2026

SEI nº 00113900

Rua Salim Daruich Tannus, 20, - Bairro Centro, Bom Jesus do Itabapoana/RJ, CEP 28360-000
Telefone:

Bom Jesus do Itabapoana, na data da assinatura



Documento assinado eletronicamente por **Mônica de Fátima Bartolazi Boechat Amil**, Secretária Municipal, em 01/04/2026, às 15:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://noroeste.sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00133453** e o código CRC **88C226C8**.

Referência: Processo nº BJI-030207/000196/2026

SEI nº 00133453

Rua Salim Daruich Tannus, 20, - Bairro Centro, Bom Jesus do Itabapoana/RJ, CEP 28360-000
Telefone: